

**Nome: ROTULAGEM DE ALIMENTOS**

**Código:** ALM 895.

**Coordenação:** Profa. Lucilene Rezende Anastácio.

**Nível:** mestrado e doutorado.

**Tipo:** optativa da Área de Concentração.

**Carga horária:** 30 (trinta) horas teóricas e 15 (quinze) horas práticas.

**Créditos:** 03 (três).

**Pré-Requisito:** não há.

**Aprovação pela Câmara de Pós-Graduação da UFMG:** criação em 01/10/2020.

**Ementa:** Introdução à rotulagem de alimentos. Legislações vigentes, informações obrigatórias e facultativas em rotulagem geral e informação nutricional. Consultoria em rotulagem de alimentos com uso de tabelas de informação nutricional. Rotulagem nutricional frontal. Tendências e pesquisas em rotulagem de alimentos.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. Diário Oficial da União. Publicada no DOU no 195, de 9 de outubro de 2020, p. 1–24, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Instrução Normativa - IN nº 75, de 8 de outubro de 2020. Estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. Diário Oficial da União - Publicada no DOU no 195, de 9 de outubro de 2020, p. 1–70, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 727, de 1 de julho de 2022. Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados. Diário Oficial da União. Publicada no DOU no 126, de 6 de julho de 2022, p. 1–27, 2022.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL. Código de Proteção e Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos. 1969.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.680, de 24 de abril de 2003. Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis. 2003.

BRASIL. Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003. Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca. 2003.

BRASIL. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA. Instrução Normativa nº 18, de 20 de Junho de 2014. Instituir o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, e estabelecer os requisitos para a sua utilização, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos I a IV. p. 1-5.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 2658 de 22 de dezembro de 2003. Definir o símbolo de que trata o art. 2º, § 1º, do Decreto 4.680, de 24 de abril de 2003, na forma do anexo à presente portaria. p. 1-3.

BRASIL, Ministério da Justiça. Portaria nº 392, de 29 de Setembro de 2021. Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação ao consumidor em relação à ocorrência de alteração quantitativa de produto embalado posto à venda. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 141. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS.. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução nº 243, de 26 de julho de 2018. Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC no 715, de 1º de julho de 2022. Diário Oficial da União. Publicada no DOU nº 126, de 6 de julho de 2022) 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC ANVISA nº 712, 1º de julho de 2022. Dispõe sobre os requisitos de composição e rotulagem dos alimentos contendo cereais e pseudocereais para classificação e identificação como integral e para destaque da presença de ingredientes integrais. Publicada no DOU nº 126, de 6 de julho de 2022. p 1-5.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 778, de 1 de março de 2023. Dispõe sobre os princípios gerais, as funções tecnológicas e as condições de uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em alimentos. Diário Oficial da União. Publicada no DOU nº 46, de 8 de março de 2023. p. 1-11.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Instrução Normativa – IN nº 211, de 1 de março de 2023. Estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. Diário Oficial da União. Publicada no DOU nº 46, de 8 de março de 2023. p. 1-1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - MAPA. Consolidação das Normas de Bebidas, Fermentado Acético, Vinho e Derivados da Uva e do Vinho: ANEXO À INSTRUÇÃO

---

NORMATIVA SDA/MAPA nº 140/2024 - Cartilhão de Bebidas / Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas - Brasília: MAPA/AECS, 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Tabelas de Composição Nutricional dos Alimentos Consumidos no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50002.pdf>

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Portaria INMETRO nº 249, de 09 de junho de 2021. Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece a forma de expressar a indicação quantitativa do conteúdo líquido das mercadorias pré- embaladas. Brasília, 2021.

TABELA BRASILEIRA DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS./ - TBCA Faculdade de Ciências Farmacêuticas – USP. Disponível em: <http://www.fcf.usp.br/tabela>

TABELA BRASILEIRA DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS – NEPA/UNICAMP - TACO. T113. V.II. 2 ed. Campinas: NEPA/UNICAMP, 2006. 113 p.

TABELA BRASILEIRA DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS, on-line. Rede Brasileira de Dados de Composição de Alimentos (BRASILFOODS), Universidade de São Paulo (USP) e Food Research Center (FoRC/CEPID/FAPESP). Disponível em: <https://tbca.net.br/index.html>

USDA (United States Department of Agriculture). National Nutrient Database for Standard Reference. Nutrient Data Laboratory Home. 2018. Disponível em: <http://www.nal.usda.gov/fnic/foodcomp/search/>